

# INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE TETE

#### CONSELHO DE REPRESENTANTES

# DELIBERAÇÃO Nº 08 /CR/ISPT/2022

O Conselho de Representantes do Instituto Superior Politécnico de Tete (ISPT), reunido na sua 2ª Sessão Ordinária, no dia 27 de Julho de 2022, no Auditório do ISPT, apreciou a proposta do Regulamento de Bolsas de Estudos para Funcionários e Agentes do Estado do ISPT, submetida pelo Conselho Administrativo e de Gestão.

Assim, nos termos do disposto no nº 1 do atigo 10, alínea f) do Estatuto Orgânico do Instituto Superior Politécnico de Tete, aprovado pela Resolução nº 24/2010 de 01 de Setembro da Comissão Interministerial da Função Pública, o Conselho de Répresentantes delibera:

- Aprovar o Regulamento de Bolsas de Estudos para Funcionários e Agentes do Estado do ISPT em anexo a presente deliberação e que dela faz parte integrante;
- 2. A presente deliberação entra em vigor a partir da data da sua aprovação.

Tete, 27 de Julho de 2022

O Presidente.

Virgílio Francisco Ferrão, Eng.



# REGULAMENTO DE BOLSAS DE ESTUDOS PARA FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ISPT

**TETE, JULHO DE 2022** 

# CAPÍTULO I (DISPOSIÇÕES GERAIS)

## Artigo 1

#### (Âmbito)

O presente Regulamento estabelece normas de atribuição de Bolsas de Estudo para funcionários e agentes do Instituto Superior Politécnico de Tete.

#### Artigo 2

#### (Definições)

- 1. **Bolsa de estudo**: é o conjunto de meios financeiros e/ ou materiais de vida e de estudo disponibilizados ao funcionário e agente durante o período de estudo.
- 2. **Bolseiro**: funcionário do ISPT beneficiário de estudo.
- 3. **Financiador ou doador**: entidade ou instituição pública ou privada que disponibiliza a bolsa de estudos.
- 4. **Bolsa de estudo a tempo inteiro**: a dispensa do funcionário e agente do Estado da prestação de actividades no seu local de trabalho durante o período do estudo, pesquisa ou formação dentro ou fora do país.
- 5. Bolsa de estudos a tempo parcial: a dispensa temporária do funcionário e agente do Estado da prestação de actividades no seu local de trabalho durante o período do estudo, pesquisa ou formação;

### Artigo 3

#### (Tipos de bolsas de estudo)

Para efeitos do presente regulamento existem os seguintes tipos de bolsas:

- a) Bolsa de estudos a tempo inteiro;
- b) Bolsa de estudos a tempo parcial;
- c) Bolsa de estudos a distância.

#### Artigo 4

#### (Salário do Funcionário e Agente Bolseiro)

- 1. Os funcionários ou agentes em actividades no ISPT têm direito aos seguintes salários:
- a) O funcionário ou agente bolseiro a tempo parcial aufere um valor corresponde a 85% do salário mensal:
- b) O funcionário ou agente bolseiro a tempo inteiro no país ou no estrangeiro aufere um valor correspondente a 75% do salário mensal;
- c) Estão isentos dos descontos previstos nas alíneas anteriores aos funcionários ou agentes bolseiros quando o período de formação for inferior ou igual a 1 ano.

#### **CAPITULO II**

# (FONTE DE FINANCIAMENTO, CANDIDATURA, REQUISITOS, ATRIBUIÇÃO E DURAÇÃO DA BOLSA)

## Artigo 5

#### (Fonte de Financiamento)

A bolsa de estudo dos funcionários e agentes do ISPT terá como fonte de financiamento:

- a) Orçamento do Estado;
- b) Fundo Externo.

#### Artigo 6

#### (Candidatura de Bolsas de Estudo)

- 1. A Bolsa de Estudo é atribuída mediante concurso interno.
- 2. O Edital da bolsa de estudo deve conter a seguinte informação:
  - a) Tipo, finalidade, duração, localização e quantitativo da bolsa;
  - b) Requisitos exigidos para a candidatura;
  - c) Documentos a apresentar pelos candidatos;
  - d) Prazo da candidatura;
  - e) Prazo para a divulgação dos resultados.

#### Artigo 7

#### (Requisitos Para Candidatura da Bolsa de Estudo)

- 1. São requisitos para candidatura de Bolsas de Estudo:
  - a) Ser funcionário e agente do Estado;
  - b) Tempo de serviço no Aparelho do Estado não inferior a 5 anos;
  - c) Avaliação de desempenho não inferior a bom nos últimos 2 anos;
  - d) Idade inferior ou igual a 45 anos;
  - e) Estar enquadrado no plano de formação;
  - f) Outros requisitos definidos no anúncio da bolsa de estudos.
- 2. Excepcionalmente o financiamento com fundo externo seguir se a requisitos próprios.

#### Artigo 8

#### (Atribuição)

São requisitos para atribuição de Bolsas de Estudo:

- a) Estar enquadrado no plano de formação;
- b) Existência de cabimento orçamental;
- c) Resultados do concurso da bolsa de estudo.

#### Artigo 9

#### (Duração da bolsa de estudos)

- 1. A bolsa de estudos tem a duração do tempo do curso que estiver a frequentar.
- Excepcionalmente, a bolsa de estudo poderá ter acréscimo de 1 ano caso houver motivos ponderosos.

# CAPÍTULO III

#### (DEVERES E DIREITOS)

#### Artigo 10

#### (Deveres do Bolseiro)

- 1. São deveres gerais do funcionário bolseiro, nomeadamente:
  - a) Dedicar o tempo na formação ou no estudo a que se destina a bolsa com vista a obtenção do melhor aproveitamento;
  - b) Cumprir pontualmente as exigências da formação ou do estudo a que se destina a bolsa:
  - c) Não exercer qualquer tipo de actividade remunerada durante o período de duração da bolsa, salvo quando seja considerado complementar do curso ou no período de férias ou seja devidamente autorizado pelo respectivo dirigente;
  - d) Apresentar relatório da formação ou do estudo a que se destina a bolsa, de acordo com a periodicidade estabelecida no contrato;
  - e) Regressar a instituição a que esta afecto findo o período de formação;
  - f) Prestar trabalho ao Estado por um tempo mínimo correspondente ao período de duração da bolsa ou da formação;
  - g) Cumprir integralmente as condições da bolsa ou de formação, bem como os regulamentos das instituições de ensino ou de formação;
  - h) Respeitar as normas e as leis do país onde decorre a formação.
- 2. A autorização referida na alínea c) do número 1 do presente artigo, não e concedida nos casos em que a actividade a ser realizada pelo funcionário bolseiro seja prejudicial ao desempenho ou contrarie as condições previstas no contrato.
- 3. Quando a duração da bolsa for igual ou superior a 1 ano, o funcionário bolseiro deve apresentar relatórios semestrais, devendo incluir a previsão da conclusão do curso, salvo se o contrato estabelecer outra periodicidade.

#### Artigo l1

### (Direitos do Bolseiro)

São direitos gerais do funcionário bolseiro:

- a) Receber o quantitativo da bolsa, nos termos do contrato;
- b) A dispensa total ou parcial do serviço de acordo com o contrato;
- c) A manutenção de todos os direitos do funcionário, enquanto bolseiro, nos termos da lei:
- d) Ser avaliado com base na informação relativa ao seu aproveitamento durante a formação;
- e) Ter assistência medica e medicamentosa, nos termos estabelecidos no contrato e na demais legislação aplicável;
- f) Ser assegurado o transporte para si, bem como os seus artigos de uso pessoal, no início e no fim da formação, desde a sua residência até ao local da formação ou capacitação;
- g) Não prestar trabalho extraordinário que o impeça de participar nas aulas, provas ou exames, salvo razões imperiosas de serviço;
- h) Ser dispensado do trabalho nos dias de exame, mediante a apresentação do respectivo calendário sem redução da remuneração.

#### Artigo 12

#### (Deveres do ISPT)

#### São deveres do ISPT:

- a) Atribuir o quantitativo da bolsa ao funcionário e agente bolseiro a tempo inteiro, parcial e a distância dentro e fora do país, nos termos do contrato;
- b) Assegurar a assistência medica e medicamentosa ao funcionário e agente bolseiro a tempo inteiro e parcial dentro e fora do país, nos termos do contrato;
- c) Proceder o acompanhamento do bolseiro através de contactos periódicos;
- d) Solicitar periodicamente a instituição de ensino ou de formação profissional, a informação relativa ao aproveitamento e o comportamento do bolseiro;
- e) Retirar a bolsa ao bolseiro que não obtiver bom aproveitamento no segundo ano consecutivo de formação.

# **CAPÍTULO IV**

# (CESSAÇÃO DA BOLSA E HORARIO DE TRABALHO)

#### Artigo 13

#### (Cancelamento da bolsa de estudo)

A bolsa de estudo é cancelada nas seguintes condições:

- a) Mau aproveitamento no estudo ou formação a que se destina a bolsa, por razões imputáveis ao funcionário bolseiro;
- b) Violação grave das obrigações resultantes no contrato ou dos deveres previstos na legislação aplicável;
- c) Em caso do estudante bolseiro não solicitar a prorrogação por mais um ano, a bolsa será cancelada automaticamente.

## Artigo 14

#### (Efeitos do cancelamento da bolsa de estudo)

O cancelamento da bolsa de estudo tem seguintes efeitos:

- a) Interdição de mudança de carreira, promoção e progressão durante dois anos;
- b) Impossibilidade do funcionário usufruir de nova bolsa nos anos seguintes correspondentes a duração da formação;
- c) Instauração de procedimento disciplinar e ou criminal, nos casos em que houver lugar.

#### Artigo 15

#### (Horário de trabalho do funcionário bolseiro)

- 1. O funcionário e agente bolseiro que estuda durante parte da jornada laboral deve prestar trabalho por um período não inferior a 15 horas semanais:
- 2. O funcionário e agente bolseiro que estuda fora do período normal de trabalho tem direito de cessar a sua actividade, uma hora antes do termo da sua jornada laboral.

# CAPÍTULO V

# (DISPOSIÇÕES FINAIS)

# Artigo 16

## (Esclarecimento de dúvidas e de casos omissos)

- 1. Cabe ao Director-Geral esclarecer as dúvidas resultantes da interpretação e aplicação do presente regulamento.
- 2. A integração de casos omissos será feita pelo Conselho de Representantes.

# Artigo 17

# (Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor a partir da data da sua homologação por deliberação do Conselho de Representantes do ISPT.

#### ANEXO 1 – Termo de Contrato Para Funcionários e Agentes Bolseiros



# INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE TETE

#### Termo de Contrato para Funcionário Bolseiro

Nos termos do artigo n° 71 do EGFAE, conjugado com o artigo 12 do Decreto numero 11/2018 de 12 de Marco, que aprova o Regulamento de Bolsas de Estudo para Funcionários do Estado, o Instituto Superior Politécnico de Tete (ISPT), representado por **Nome Completo**, Director Geral do ISPT, e, **Nome Completo**, nacionalidade, idade, numero de documento (BI, Passaporte/DIRE), data de emissão, local de emissão, área de afectação, estabelecem entre si, de acordo com o artigo 7 do Regulamento de Bolsas de Estudos para os Funcionários do Estado, o presente contrato com a estipulação das seguintes cláusulas:

#### Cláusula Primeira

#### (Objecto)

O presente contrato tem por objecto a formalização da atribuição de bolsas de estudos pelo ISPT para frequentar o **Nome do Curso**, **Local de Formação (instituição, cidade e pais)**.

#### Cláusula Segunda

#### (Tipo e duração da bolsa)

- 1. A bolsas de estudos atribuída a tempo (inteiro/parcial),
- 2. O presente contrato é válido por ----anos, produzindo os seus efeitos a partir da data da atribuição da bolsa.

#### Cláusula Terceira

(Quantitativo da Bolsa)

# 1. O valor da bolsa de estudo do funcionario ou agente bolseiro a tempo inteiro corresponde a:

# 1.1. Dentro do país

- Subsídio de alimentação, alojamento, material escolar e deslocação;
- Passagem aérea ou terrestre de ida e volta (início e fim da formação);
- Taxa de Inscrição;
- Taxa de matrícula;
- Propina;
- Certificado;
- Declaração de frequência;
- Diploma;
- Taxa de graduação;
- Taxa de Dissertação ou Monografia;
- Outras.

#### 1.2. Fora do País

- 3. Subsídio mensal de alimentação, alojamento, material escolar e deslocação;
- 4. Passagem aérea ou terrestre de ida e volta (início e fim da formação);
- 5. Taxa de Inscrição;
- 6. Taxa de matrícula;
- 7. Propina;
- 8. Certificado;
- 9. Declaração de frequência;
- 10. Diploma;
- 11. Taxa de graduação;

- Taxa de Monografia, Dissertação e Tese;
- Visto:
- Seguro de viagem;
- Seguro de saúde;
- 12. Outras.

# 2. O valor da bolsa de estudo do funcionário ou agente bolseiro a tempo parcial corresponde a:

#### 2.1. Dentro da Cidade

- Taxa de Inscrição;
- Taxa de matrícula;
- Propina;
- Certificado;
- Declaração de frequência;
- Diploma;
- Taxa de graduação;
- Taxa de Monografia, Dissertação e Tese;
- Outras.

#### 2.2. Fora da Cidade

- Subsídio de alimentação, alojamento, material escolar e deslocação, quando se deslocar por um período igual ou inferior a 30 dias;
- Passagem aerea ou terrestre de ida e volta;
- Taxa de Inscrição;

- Taxa de matrícula;
- Propina;
- Certificado;
- Declaração de frequência;
- Diploma;
- Taxa de graduação;
- Taxa de Monografia, Dissertação e Tese;
- Outras.

# 2.3. No Instituto Superior Politécnico de Tete

- Taxa de matrícula;
- Propina;
- Certificado;
- Declaração de frequência;
- Diploma;
- Taxa de graduação;
- Taxa de Monografia e Dissertação.

# Cláusula Quarta

(Pagamento do quantitativo da bolsa)

O pagamento do quantitativo da bolsa é mensal.

# Clausula Quinta

(Cessação do contrato)

nem solicitar, prometer ou aceitar para benefício próprio ou de outras ofertas com o propósito					
b) Morte do bolseiro; c) Anulação da matrícula; d) Desistência; e) Mau aproveitamento pedagogico; f) Incumprimento dos deveres estabelecidos neste contrato ou na legislação em vigor no ISPT e na Administração Pública.  Cláusula Sexta  (Anti - Corrupção)  As partes comprometem- se a não oferecer direita ou indirectamente vantagens a terceiro, nem solicitar, prometer ou aceitar para benefício próprio ou de outras ofertas com o propósito de obter julgamento favorável sobre os serviços a prestar, sob pena de nulidade do contrato.  Cláusula Sétima  (Disposições Finais)  1. As partes obrigam- se a cumprir fielmente os termos do contrato e as demais normas vigentes que a elas sejam aplicáveis.  2. Os omissos serão resolvidos de harmonia com as disposições legais e as dúvidas resultantes da execução do presente contrato serão resolvidos por Despacho do Director Geral.  Tete, aos de	1.	O presente contrato pode cessar por:			
c) Anulação da matrícula; d) Desistência; e) Mau aproveitamento pedagogico; f) Incumprimento dos deveres estabelecidos neste contrato ou na legislação em vigor no ISPT e na Administração Pública.  Cláusula Sexta  (Anti - Corrupção)  As partes comprometem- se a não oferecer direita ou indirectamente vantagens a terceiro, nem solicitar, prometer ou aceitar para benefício próprio ou de outras ofertas com o propósito de obter julgamento favorável sobre os serviços a prestar, sob pena de nulidade do contrato.  Cláusula Sétima  (Disposições Finais)  1. As partes obrigam- se a cumprir fielmente os termos do contrato e as demais normas vigentes que a elas sejam aplicáveis.  2. Os omissos serão resolvidos de harmonia com as disposições legais e as dúvidas resultantes da execução do presente contrato serão resolvidos por Despacho do Director Geral.  Tete, aos de de de 20	a) (	Caducidade;			
d) Desistência; e) Mau aproveitamento pedagogico; f) Incumprimento dos deveres estabelecidos neste contrato ou na legislação em vigor no ISPT e na Administração Pública.  Cláusula Sexta  (Anti - Corrupção)  As partes comprometem- se a não oferecer direita ou indirectamente vantagens a terceiro, nem solicitar, prometer ou aceitar para benefício próprio ou de outras ofertas com o propósito de obter julgamento favorável sobre os serviços a prestar, sob pena de nulidade do contrato.  Cláusula Sétima  (Disposições Finais)  1. As partes obrigam- se a cumprir fielmente os termos do contrato e as demais normas vigentes que a elas sejam aplicáveis.  2. Os omissos serão resolvidos de harmonia com as disposições legais e as dúvidas resultantes da execução do presente contrato serão resolvidos por Despacho do Director Geral.  Tete, aos de	b) ]	Morte do bolseiro;			
e) Mau aproveitamento pedagogico;  f) Incumprimento dos deveres estabelecidos neste contrato ou na legislação em vigor no ISPT e na Administração Pública.  Cláusula Sexta  (Anti - Corrupção)  As partes comprometem- se a não oferecer direita ou indirectamente vantagens a terceiro, nem solicitar, prometer ou aceitar para benefício próprio ou de outras ofertas com o propósito de obter julgamento favorável sobre os serviços a prestar, sob pena de nulidade do contrato.  Cláusula Sétima  (Disposições Finais)  1. As partes obrigam- se a cumprir fielmente os termos do contrato e as demais normas vigentes que a elas sejam aplicáveis.  2. Os omissos serão resolvidos de harmonia com as disposições legais e as dúvidas resultantes da execução do presente contrato serão resolvidos por Despacho do Director Geral.  Tete, aos de	c) .	Anulação da matrícula;			
f) Incumprimento dos deveres estabelecidos neste contrato ou na legislação em vigor no ISPT e na Administração Pública.  Cláusula Sexta  (Anti - Corrupção)  As partes comprometem- se a não oferecer direita ou indirectamente vantagens a terceiro, nem solicitar, prometer ou aceitar para benefício próprio ou de outras ofertas com o propósito de obter julgamento favorável sobre os serviços a prestar, sob pena de nulidade do contrato.  Cláusula Sétima  (Disposições Finais)  1. As partes obrigam- se a cumprir fielmente os termos do contrato e as demais normas vigentes que a elas sejam aplicáveis.  2. Os omissos serão resolvidos de harmonia com as disposições legais e as dúvidas resultantes da execução do presente contrato serão resolvidos por Despacho do Director Geral.  Tete, aos de	<b>d</b> ) ]	Desistência;			
ISPT e na Administração Pública.  Cláusula Sexta  (Anti - Corrupção)  As partes comprometem- se a não oferecer direita ou indirectamente vantagens a terceiro, nem solicitar, prometer ou aceitar para benefício próprio ou de outras ofertas com o propósito de obter julgamento favorável sobre os serviços a prestar, sob pena de nulidade do contrato.  Cláusula Sétima  (Disposições Finais)  1. As partes obrigam- se a cumprir fielmente os termos do contrato e as demais normas vigentes que a elas sejam aplicáveis.  2. Os omissos serão resolvidos de harmonia com as disposições legais e as dúvidas resultantes da execução do presente contrato serão resolvidos por Despacho do Director Geral.  Tete, aos de de de 20	e) ]	Mau aproveitamento pedagogico;			
(Anti - Corrupção)  As partes comprometem- se a não oferecer direita ou indirectamente vantagens a terceiro, nem solicitar, prometer ou aceitar para benefício próprio ou de outras ofertas com o propósito de obter julgamento favorável sobre os serviços a prestar, sob pena de nulidade do contrato.  Cláusula Sétima  (Disposições Finais)  1. As partes obrigam- se a cumprir fielmente os termos do contrato e as demais normas vigentes que a elas sejam aplicáveis.  2. Os omissos serão resolvidos de harmonia com as disposições legais e as dúvidas resultantes da execução do presente contrato serão resolvidos por Despacho do Director Geral.  Tete, aos de					
As partes comprometem- se a não oferecer direita ou indirectamente vantagens a terceiro, nem solicitar, prometer ou aceitar para benefício próprio ou de outras ofertas com o propósito de obter julgamento favorável sobre os serviços a prestar, sob pena de nulidade do contrato.  Cláusula Sétima  (Disposições Finais)  1. As partes obrigam- se a cumprir fielmente os termos do contrato e as demais normas vigentes que a elas sejam aplicáveis.  2. Os omissos serão resolvidos de harmonia com as disposições legais e as dúvidas resultantes da execução do presente contrato serão resolvidos por Despacho do Director Geral.  Tete, aos de	Cláusula Sexta				
nem solicitar, prometer ou aceitar para benefício próprio ou de outras ofertas com o propósito de obter julgamento favorável sobre os serviços a prestar, sob pena de nulidade do contrato.  Cláusula Sétima  (Disposições Finais)  1. As partes obrigam- se a cumprir fielmente os termos do contrato e as demais normas vigentes que a elas sejam aplicáveis.  2. Os omissos serão resolvidos de harmonia com as disposições legais e as dúvidas resultantes da execução do presente contrato serão resolvidos por Despacho do Director Geral.  Tete, aos de		(Anti - Corrupção)			
<ol> <li>As partes obrigam- se a cumprir fielmente os termos do contrato e as demais normas vigentes que a elas sejam aplicáveis.</li> <li>Os omissos serão resolvidos de harmonia com as disposições legais e as dúvidas resultantes da execução do presente contrato serão resolvidos por Despacho do Director Geral.</li> </ol> Tete, aos de	As partes comprometem- se a não oferecer direita ou indirectamente vantagens a terceiro, nem solicitar, prometer ou aceitar para benefício próprio ou de outras ofertas com o propósito de obter julgamento favorável sobre os serviços a prestar, sob pena de nulidade do contrato.  Cláusula Sétima				
vigentes que a elas sejam aplicáveis.  2. Os omissos serão resolvidos de harmonia com as disposições legais e as dúvidas resultantes da execução do presente contrato serão resolvidos por Despacho do Director Geral.  Tete, aos de					
resultantes da execução do presente contrato serão resolvidos por Despacho do Director Geral.  Tete, aos de					
	1	resultantes da execução do presente contrato serão resolvidos por Despacho do			
O Director Geral		Tete, aos dede 20			
	O Director Geral				

#### Nome Completo

#### O Bolseiro

\_\_\_\_\_

Nome Completo

# ANEXO 2 - Termo de Compromisso Para Funcionário Bolseiro



### TERMO DE COMPROMISSO PARA FUNCIONÁRIO BOLSEIRO

Eu, **Nome Completo**, Nacionalidade, Idade, número de documento (BI, Passaporte/DIRE), data de emissão, local de emissão, área de afectação, juro por minha honra cumprir integral e exclusivamente o estipulado no contrato, e estou ciente de que a bolsa é apenas aplicável a mim e não se estendendo em circunstância alguma à minha família ou dependentes e de que o seu uso indevido resultará na devolução por minha parte do valor equivalente acrescida de uma multa de 15% sobre o valor da mesma.

Tete, aos/	de 20

Assinatura do bolseiro

# ANEXO 3 – Tabela de Subsidio de Alimentação, Transporte e Material Escolar Para Fora da Cidade

# Tabela 1 – Dentro do País Meticais

Valores em

Graus Académicos	Subsídio
Licenciatura	15.000,00
Mestrado	20.000,00
Doutoramento	25.000,00

# Tabela 2 – Fora do País Euro

Valores em

Graus Académicos	Subsídio
Licenciatura	1.000,00
Mestrado	1.000,00
Doutoramento	1.000,00